

PCN DE LÍNGUA PORTUGUESA: DO REAL AO NECESSÁRIO

Rute Almeida e Silva¹

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de investigar a opinião de alguns professores da rede pública de Cuiabá sobre o ensino de leitura e escrita, conforme a proposta dos documentos oficiais. Aspectos relativos à formação docente são considerados.

PALAVRAS-CHAVE: leitura e escrita, formação docente, PCN

ABSTRACT: This text investigates teachers's opinion about learning-teaching of reading- writing, according to PCN. Some teacher's education aspects are concerned.

KEYWORDS: PCN; writing; teacher's education

Introdução

Em estudos realizados ultimamente, constata-se que estudantes de diferentes ciclos se deparam com inúmeras dificuldades na aprendizagem, principalmente no que se refere à leitura, compreensão e produção de textos. Sabe-se que há vários estudos lingüísticos que buscam explicações e soluções para tais problemas.

O Projeto de Pesquisa intitulado *Leitura e Escrita em Práticas de Linguagem no Ensino Fundamental e Médio: gêneros do discurso, argumentação e subjetividade* visa a discussões voltadas para metodologias de ensino e para a formação e atualização de professores da área de Língua Portuguesa. Visa, também, a traçar um panorama do ensino de Língua Portuguesa em algumas escolas da rede pública de Cuiabá. Esta investigação está sendo desenvolvida por quatro estudantes do curso de Letras da UFMT, sendo dois bolsistas voluntários (VIC) e dois bolsistas (PIBIC), cada qual responsável por coletar e analisar os dados relacionados à pesquisa.

Esse estudo foi realizado em quatro escolas da rede pública de Cuiabá. Uma delas, M.C, está localizada há aproximadamente 40 km do centro da capital cuiabana, em um bairro de origem popular de situação social e econômica em transição, pois nota-

¹Graduanda da Universidade Federal de Mato Grosso/Instituto de Linguagens/Departamento de Letras/Cuiabá-MT, (Bolsista VIC/UFMT), e-mail: mocanegra@hotmail.com. Orientadora: Profª Drª Maria Rosa Petroni, docente do Curso de Letras/IL/UFMT, campus de Cuiabá, e-mail: rohpetroni@uol.com.br; rohpetroni@ufmt.br

se que o mesmo está em fase de crescimento comercial e populacional e possui ainda grande deficiência em infra-estrutura. Podemos encontrar ainda uma parte da população vivendo em situação precária e miserável. Outra escola, D.F.S, também está situada em um bairro de origem popular em Cuiabá, um setor antigo da cidade. Já as escolas, U.C e F.M, estão localizadas em bairros de classe média em Cuiabá, porém recebem estudantes provenientes de bairros populares vizinhos.

Para esta pesquisa foram entrevistados 11 professores de Língua Portuguesa, que lecionam no ensino fundamental e médio. Fui à escola M.C diversas vezes, pois precisava de autorização da direção para realizar a pesquisa com seus docentes, mas “nunca” encontrava o responsável por tal autorização. Depois de muitas idas e vindas, consegui contato com a coordenação da escola, que, com muita dificuldade, convenceu três professoras a responder o questionário, pois estavam preenchendo seus diários e alegaram falta de tempo. Responderam em grupo. Com a última, que leciona somente no ensino médio, obtive mais êxito, pois me atendeu prontamente.

PCN e ensino: realidade X necessidade

Nesta investigação foi aplicado um questionário estruturado aos 11 professores. O questionário foi composto por 23 questões, das quais aqui será apresentada a análise de duas delas, referentes: a) ao fato de o ensino corresponder às necessidades efetivas dos alunos; b) à proposta de atividades de leitura em sala de aula e seus objetivos.

Quando questionados se achavam que o ensino hoje corresponde às necessidades do aluno, a maioria das respostas foi negativa; três professores alegaram que há discussões, mas que ficam somente no papel; um disse que o professor não está preparado para trabalhar a realidade do aluno, três responderam que o próprio sistema educacional é muito fechado e retrógrado, contrariando a forma de trabalho do professor e que também não oferece materiais adequados para atender à dificuldade do estudante; uma docente ainda citou o baixo salário como um fator que desmotiva o trabalho.

Em relação às necessidades do aluno, é preciso refletir sobre as condições atuais e sobre o progresso recente na sociedade, pois vivemos uma época de transição, momento marcado pela era da informação. É necessário reconhecer que nunca houve um período em que o homem tivesse acesso tão rápido a tanta informação ao mesmo tempo, e nunca o homem precisou tanto de se manter informado. E essa nova era digital

permite, através da internet, uma conexão global, ou seja, ela conecta amigos, famílias, comunidades e empresas, “facilitando”, muitas vezes, a vida das pessoas, da economia de um país, entre outros. Desse modo, pressupõe-se a necessidade, de grande parte dos jovens, de assumir seu papel ativo e participativo na construção de conhecimento dentro de uma comunidade “instruída”, para que possam ter uma postura firme de enfrentamento e defesa dos seus ideais.

Nesse período de transição, o conhecimento é algo indispensável para a juventude, é um diferencial dentro de uma comunidade mais “esclarecida”. Esses jovens necessitam cada vez mais de um aprendizado que lhes dê condição de participar efetivamente da era da informação. Eles precisam de um ensino que desperte sua consciência cívica, que os faça descobrir suas virtudes, que lhes possibilite enxergar e compreender suas limitações. Essa mocidade precisa de um aprendizado que os transforme em cidadãos politizados, que lhes permita novos comportamentos e atitudes.

Em seu texto *A lingüística aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica*, Pennycook (1998, p.23) afirma que vivemos em um mundo marcado por desigualdades fundamentais e cada vez mais ameaçado pela poluição e desastres ecológicos, e para compreender tais iniquidades precisamos ir além da visão que postula que a política é domínio do estado e da nação, e nos perceber dentro de um conjunto de relações de poder que são globais em sua essência.

Ainda em referência à questão de o ensino corresponder ou não às necessidades do aluno, uma docente apresentou a baixa remuneração como um fator que desmotiva o trabalho do professor. Sua resposta sugere uma reflexão sobre essa realidade que atinge a maioria desses profissionais, da rede pública do país. Essa questão vem sendo discutida com frequência nos meios de comunicação, nos estabelecimentos escolares, nos órgãos competentes, enfim, no meio da população em geral.

O arrocho salarial, muitas vezes, obriga o professor a viver uma jornada exaustiva de trabalho, pois, para se sobressair economicamente, ele se “desdobra”, trabalhando em várias escolas, nos três períodos, para garantir um salário melhor, resultando, assim, um professor indisposto, estressado e desmotivado. Isso tudo pode ser considerado um obstáculo na concretização do modelo curricular. Em seu texto *PCN do ensino fundamental: realidade ou letra morta?* Bastos, citando Apple e Beane (1997), defende que a qualidade desejada para a educação, desenvolvida numa escola democrática com pressupostos civis, depende de investimentos, em sentido amplo, em recursos humanos.

Faz-se necessário que as autoridades re-avaliem, concretamente, essa situação salarial, dentro de um conjunto de outras. Entretanto, sugere-se que, o professor busque “subverter” essa realidade, para que isso não seja colocado como justificativa para a não colaboração positiva, no que diz respeito ao sistema educacional brasileiro, uma vez que, de acordo com o PCN+ (2002, p.85), “as rupturas efetivas de antigos paradigmas dependem sem dúvida da conscientização e da vontade de mudar dos profissionais envolvidos”.

Diante da resposta que se refere à falta de preparo de alguns professores em trabalhar a realidade do aluno em sala de aula e à falta de materiais que atendam às suas dificuldades, é pertinente questionar a postura de algumas escolas: será que elas têm adotado atitudes que contrariam as “verdades” do estudante, no que se refere aos conteúdos, à forma como estes lhe são passados, muitas vezes de modo tradicional, em que o professor ainda é visto como “centro do saber” e o aluno como mero expectador? E os conteúdos escolares têm correspondido aos anseios do aprendiz?

Pode-se indagar ainda sobre a postura de alguns professores: eles têm buscado, de forma crítica e “transformadora”, conhecer, re-conhecer e trabalhar as necessidades do seu aluno? Será que esse professor tem questionado diariamente os pressupostos teórico-metodológicos, presentes nos documentos que orientam o trabalho do professor de língua portuguesa, e a sua própria prática em sala de aula? Ou ele tem permanecido apático às situações do cotidiano escolar?

No texto *Linguística Aplicada: perspectiva para uma pedagogia crítica*, Rajagopalan (2003, p.102) defende um ensino crítico, elucidando que essa pedagogia “nasceu das inquietações vividas ou reproduzidas em sala de aula, não enquanto lugar onde se confere o saber àqueles que dele carecem, mas enquanto um lugar autêntico espelho das contradições e tensões que marcam a realidade que se verifica fora da escola.” Assim, é pertinente perceber que o professor crítico tem a missão de estimular a visão crítica dos alunos, estabelecendo constantes questionamentos das certezas obtidas ao longo dos anos.

Faz-se necessário que a escola tenha propostas pedagógicas que visem estimular a curiosidade intelectual e a aprendizagem do adolescente, permitindo-lhe trazer para dentro da sala de aula suas particularidades, suas “verdades”, seus medos, suas expectativas e seus interesses. Nas práticas orais, por exemplo, é preciso “dar voz ao aluno”, propiciando discussões coletivas com finalidades específicas, considerando “as

diferentes formas de dizer”, conforme diz Barbosa (2000, p.154), formas essas que são determinadas por diferentes situações comunicativas.

Segundo os PCN+ (2002, p.76), “cabe ao professor do ensino médio adquirir paulatinamente a consciência do público a quem dirige seu discurso, levando em conta o fato de serem adolescentes, trazerem uma bagagem de conhecimentos adquirida ao longo de seu processo anterior de escolarização, serem parte de um grupo social dotado de características próprias, que eventualmente os diferencia de outras comunidades.

É fundamental ainda que o professor se “sensibilize” por estas questões, procurando diariamente rever, direcionar e (re)avaliar sua postura não só pedagógica, mas também pessoal, refletindo sobre sua prática e procurando aprimorá-la. É necessário que o docente considere a diversidade de seu educando, respeitando e valorizando o conhecimento e o comportamento de cada um. Conforme o PCN de língua Portuguesa do 3º e 4º ciclos, a juventude é assinalada pelo processo de re-identificação, pois é uma fase de constante mudança tanto física como psicológica, logo é preciso que se considerem as condições afetivas, cognitivas e socioculturais de cada jovem.

É pertinente salientar, também, a necessidade da instituição em reconhecer que os tempos mudaram. Ou será que ela não acompanhou tais mudanças? Faz-se necessário que a escola atente a essa nova tendência, pois sabe-se que vivemos em um mundo globalizado, onde há diárias “transformações” políticas e econômicas, onde a rápida evolução e a divulgação das tecnologias, como a televisão, o telefone e a internet, têm sido fatores primordiais para desenvolver o comércio e transações financeiras. Desse modo, essas tecnologias têm provocado uma revolução no conhecimento humano e, conseqüentemente, têm conduzido o ser humano a mudanças de comportamento, dentre outras.

Muitas vezes, tais mudanças têm implicado nas variações lingüísticas e sociais, nas diversidades de informação científica e popular, na mudança de paradigma de valor e comportamento da sociedade, entre outros. Os PCN elucidam que essa nova realidade social é conseqüência da urbanização freqüente e da industrialização. Segundo esse guia, coloca-se no espaço escolar nova necessidade de rever os métodos tradicionais, buscando-se re-significar o ensino, ou seja, torná-lo eficiente, assumindo o compromisso com a “transformação” social. Logo, baseado na resposta de alguns professores, pode-se pensar que o sistema de ensino, hoje, permanece frágil e, muitas vezes, ainda à procura de sua identidade.

Infelizmente, já no início do questionário, pudemos perceber a deficiência no sistema escolar. Essa carência é, sem dúvida, um dos mais graves problemas com o qual a realidade educacional brasileira vem convivendo há muitos anos. Percebe-se que tal ocorrência se evidencia em todos os níveis de ensino.

Os professores também foram indagados se propunham atividades de leitura em sala, com quais objetivos e qual o grau de eficiência demonstrada pelos aprendizes. Quanto aos objetivos da proposta, as respostas fornecidas por grande parte dos professores foram: desenvolver a dicção, a compreensão e interpretação de textos e enriquecer o vocabulário. Porém, a maioria dos professores informou que os alunos possuem grandes dificuldades de leitura e só conseguem decodificar os textos; uma professora indicou as séries iniciais como fator principal para tal deficiência.

No texto “Leitura nos Ensino Fundamental e Médio: Reflexões sobre algumas práticas”, Rodrigues (2007, p.215-216) diz que, a partir dos anos 80, começaram no Brasil discussões acerca da ampliação do conceito de leitura. A autora elucida que “a leitura associada à alfabetização, esta concebida como aquisição da tecnologia de escrita, levava a uma visão “reducionista” do ato de ler, cujo desenvolvimento é entendido como exclusivamente de competência da alfabetizadora, nas séries iniciais. Para a autora, tal concepção de leitura isentou os professores das séries seguintes de assumirem a responsabilidades do ensino de leitura”. Diz ela, ainda, “que essa visão foi desenvolvida e consolidada nas escolas, perpassando também os documentos oficiais, que ignoram a leitura como conteúdo complexo a ser trabalhado em todas as séries da educação básica, ao longo de todo o Ensino Fundamental e Médio”.

Destaca-se, aqui, a importância da leitura na educação infantil como instrumento imprescindível para formação de cidadãos críticos e atuantes nesta sociedade. Porém, é necessário que esta prática seja desenvolvida não só nas séries iniciais, mas também nas demais. É relevante observar, ainda, que a leitura pode e deve ser desenvolvida, além do recinto escolar, nos espaços domésticos e recreativos de cada criança ou adolescente, ou seja, dentro de sua própria casa, no seio da família, pois tal postura contribui para o hábito de leitura, permitindo, assim, transformações positivas na consciência de cada leitor.

Ainda referente à finalidade da prática de leitura em sala, é pertinente indagar se esses objetivos, colocados pelos professores, são realmente os mais importantes nesse exercício. Será que essa forma de perceber a leitura não é a responsável pela constante decodificação e pela dificuldade de **leitura** demonstrada por muitos alunos? A atividade

de leitura só ocorre se, na maioria das vezes, o professor considerar determinados procedimentos. É preciso refletir se esse professor tem feito um trabalho de compreensão a partir do conhecimento do aluno sobre o assunto, sobre o autor; se tem desenvolvido estratégias de seleção, antecipação e inferência dos textos, pois, sabe-se que esses fatores permitem que o aluno produza significados a partir daquilo que lê, tornando a leitura bem mais satisfatória.

É necessário, ainda, que o docente leve para sala de aula textos diversos, que estejam no contexto social do estudante, com o intuito de despertar nele a curiosidade pela leitura. Há, atualmente, novas e diferentes formas de leitura e escrita no meio juvenil. Os textos eletrônicos, por exemplo, são comuns na vida dessa mocidade, uma vez que passam horas em *lan houses*, em frente ao computador, pesquisando em *sites* os assuntos de seu interesse – cinema, música, banda, esporte, RPG, dentre outros – além de participarem de listas de discussão, de *chats*. É pertinente perceber que cada uma dessas práticas possui formas próprias e diferentes de comunicação, e esses adolescentes acabam criando novos códigos, novas palavras, gírias, entre outros para facilitar o entendimento entre eles.

Suas leituras giram em torno de livros de ficção científica, suspenses, mistérios e livros policiais. Esses jovens, ao mergulharem nessas histórias, talvez estejam em busca de aventura, suspense, romantismo etc. Alguns deles talvez estejam apenas à procura de diversas novidades ofertadas por esses meios de comunicação. Eles lêem somente o que lhes causa curiosidade, talvez influenciados pela programação televisiva,

Todavia, o profissional de língua portuguesa precisa ter em mente que esses adolescentes são frutos de uma nova geração, fazem parte desse processo de mudança, da era da informação e buscam, cada vez mais, textos que lhes são significativos. Logo, cabe ao professor direcionar e instigar os alunos às diversas práticas de leitura. De acordo com as OCEM (2006, p.70), “é necessário motivá-los à leitura ... com atividades que tenham para os jovens uma finalidade imediata e não necessariamente escolar (... que o aluno se *reconheça* como leitor, ou que veja nisso prazer, que encontre espaço para compartilhar suas impressões de leitura com os colegas e com os professores) e que tornem *necessárias* as práticas da leitura”.

Compete ao professor proporcionar ao aluno oportunidade de ler variados textos, levando para a sala de aula, por exemplo, gibi, jornal, revista, bula de remédio, entre outras alternativas, com o intuito de estimular o gosto pela leitura, e a partir daí dar-lhe oportunidade para ampliar seu hábito de leitura. Conforme as OCEM (2006), atividades

como essa “evitariam que o jovem lesse unicamente porque a escola pede – o que é com frequência visto como uma obrigação (idem, p.71)”.

Nos PCN de língua portuguesa, o texto é colocado como objeto de ensino, uma vez que ele é visto como expressão viva da linguagem, logo, ao focar o texto, espera-se abandonar o formalismo gramatical, isto é, não enfatizar somente os aspectos lingüísticos, mas também os aspectos sócio-históricos. Percebe-se que o trabalho com texto, na maioria das vezes, tem o foco no estudo da gramática, ou seja, o texto acaba sendo usado como pretexto para esse fim. A esse respeito, Faraco e Castro (1999: p. 2) afirmam: “quando se privilegia o trabalho com o texto, olham a linguagem pela via da interação; quando partem para o estudo gramatical, revelam-se seguidores autênticos da concepção gramatical tradicional, tratando dos conceitos e estruturas gramaticais de forma monolítica e cristalizada, tal qual o faria um velho gramático”.

A falta de estratégia do professor em trabalhar o texto efetivamente em sala e a ênfase do livro didático somente nas regras gramaticais podem levar a uma visão equivocada sobre a linguagem, pois que o homem é um ser constituído no social, e seu contexto histórico precisa ser considerado nessas atividades. Conforme enfatiza Bakhtin (2004, p.92), “o centro da gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto”.

O professor deve estar consciente do seu papel social na comunidade em que vive, dispondo dos conhecimentos próprios do seu trabalho, do ramo de sua atividade, dominando e sabendo abordar o conteúdo a ser lecionado, já que há sobre ele uma expectativa por parte do alunado e da própria sociedade, pois atua como agente mediador do conhecimento. De acordo com o PCN+, “no caso do professor de Língua Portuguesa, a expectativa é que saiba adequar seu discurso a um bate-papo menos formal na resolução de um impasse cotidiano ou a uma aula mais expositiva, em que compartilhe seus conhecimentos sobre um tema recorrente na literatura ou um tópico gramatical”. Isto é, o professor precisa de leituras, de estar atualizado com os fatos ao seu redor, referentes às mudanças em toda parte do mundo.

Ainda sobre a postura do professor, será que ele tem sido referência para o seu aluno, tem demonstrando conhecimento e gosto pela arte de ler, tem se comprometido na formação de leitores competentes? Ou ele tem se mantido ausente, incapaz de selecionar textos e estratégias de leituras para com o aluno? É preciso lembrar sempre que o interesse do aluno pela leitura varia de acordo com sua idade, sexo, seus

interesses sociais, e isso tudo tem que ser levado em consideração no trabalho com texto/leitura.

O professor deve estar atento aos objetivos do ensino de certas práticas. Se algumas delas não têm alcançado a eficiência esperada, é necessário que o professor avalie sua prática, sua metodologia de ensino, para que alcance maior eficácia no processo. Sabe-se que é através da leitura que o cidadão desenvolve, cria e amplia sua visão de mundo, seus conhecimentos e sua forma de pensar a realidade. Logo, o professor precisa ser um parceiro constante nessa lida. Segundo os PCN, cabe à escola a responsabilidade de organizar-se em torno de um projeto educacional comprometido em formar leitores de textos, enfatizando que a leitura só se dá através da prática diária. Portanto, faz-se necessária a prática de leituras variadas, no intuito de promover reflexões sobre o contexto social em que crianças e/ou adolescentes estão inseridos e para que desenvolvam desde cedo o prazer pelo ato de ler.

Considerações finais:

Como os PCN de Língua Portuguesa apontam para mudanças no ensino, é necessário que, além de refletir sobre esse modelo, os professores, como agentes mediadores, estejam engajados no ensino e tenham postura e atitude críticas e transformadoras diante da atual situação, mesmo que isso seja uma tarefa árdua. Faz-se necessária uma intervenção real dos responsáveis pela educação, para uma formação contínua de qualidade, para que os professores possam “apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva”. Em suma, é preciso atenção especial para o processo de formação docente, bem como a atualização dos currículos oferecidos no ensino superior e a implementação efetiva de programas de formação continuada. Além disso, políticas públicas voltadas exclusivamente para essa área são inadiáveis, visto que um investimento maciço em educação poderá proporcionar oportunidades de crescimento intelectual aos indivíduos. Afinal, o principal intento dos PCN de Língua Portuguesa é de alargar e aprofundar discussões e práticas que envolvam a escola e a sociedade, visando a uma mudança concreta no sistema educacional brasileiro. Portanto, é necessário que se reflita sobre a prática de ensino de Língua Portuguesa na escola pública, pois não podemos continuar passivos às mudanças educacionais e sociais do nosso país, nem continuar negando-as.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAKHTIN, M & VOLOCHINOV, V. N. Os gêneros do discurso. *In: Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. & VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental, 1998.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999.
- BRASIL. *PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos PCN na área de Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 2002.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Linguagens, Códigos e Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- BUNZEN, C., MENDONÇA, M. (Orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.
- FARACO, C. A. e CASTRO, G. de. Por uma teoria lingüística que fundamente o ensino de língua materna (ou de como apenas um pouquinho de gramática nem sempre é bom). *Educar em Revista*, v. 15 (1999). Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2061/1713> . Acessado em setembro de 2008.
- RODRIGUES, R. N. C., *Leitura nos Ensinos Fundamental e Médio: reflexões sobre algumas práticas*. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0702/5%20%20art%203.pdf> . Acesso em novembro de 2008.
- PENNYCOOK, A. A lingüística aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. Signorini, Inês & Cavalcante, Marilda (Org), *Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas, Mercado de Letras, 1998.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ROJO, R. (Org.). *Práticas de Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

TEIXEIRA, B. B., UFJF: *PCN do Ensino Fundamental : realidade ou letra morta?*
<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/beatrizdebastoteixeira.rtf> . Acessado em outubro de 2008.

Recebido em: 25/01/2009